



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO SEM REVISÃO

COMISSÃO DO ESPORTE			
EVENTO: Mesa-Redonda	REUNIÃO Nº: 0192/18	DATA: 24/04/2018	
LOCAL: Plenário 16 das Comissões	INÍCIO: 18h38min	TÉRMINO: 20h32min	PÁGINAS: 42

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

RICARDO ALEXANDRE SAPI DE PAULA - Secretário de Estado Interino de Esportes de Minas Gerais.
VICENTE JOSÉ DE LIMA NETO - Secretário de Estado do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia.
EULER BARBOSA - Secretário de Estado do Esporte Estado do Ceará.
LUSIMAR SANTOS - Presidente do Conselho do PROESPORTE (Programa Estadual de Incentivo ao Esporte de Goiás).
ANTÔNIO HORA FILHO - Secretário de Estado do Esporte, Lazer e da Juventude de Sergipe.
JOSÉ GOMES DA SILVA - Secretário de Estado de Educação e Desportos de Roraima.
CLÁUDIA ANICETO CAETANO PETUBA - Secretária de Estado do Esporte, Lazer e Juventude de Alagoas.

SUMÁRIO

Debate, com os Secretários Estaduais de Esporte, do PL 6718/16, que trata sobre os recursos dos concursos de prognósticos e loterias federais.

OBSERVAÇÕES

NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO, APENAS PARA CONSULTA.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Boa tarde a todos! Boa tarde a todas!

Primeiro, eu queria pedir desculpa pela demora. Houve uma votação nominal agora. Eu tive que ir lá rapidinho. Eu queria agradecer inicialmente a presença de cada um de vocês aqui. Nós sabemos o quanto é difícil se deslocarem dos seus Estados para vir a Brasília. Por se tratar de um projeto de lei que influencia ou mexe diretamente com os interesses de todos nós, eu agradeço a disponibilidade de estarem discutindo conosco hoje aqui.

Para quem não me conhece ainda, meu nome é Deputado Fábio Mitidieri, 2º Vice-Presidente da CESPO.

O Projeto de Lei nº 6.718, de 2016, que foi aprovado na Comissão de Educação e está agora na Comissão de Esportes, trata principalmente da questão dos recursos oriundos das lotéricas. Por se tratar de um projeto de aproximadamente um bilhão de reais, ele mexe com muitas partes interessadas como COB, Secretarias do Esporte, federação brasileira de clubes.

Eu queria agradecer de antemão o apoio que já recebi de alguns que aqui estão ao nosso relatório, porque um dos pontos de que ele trata é a ampliação do valor dos repasses para as Secretarias do Esporte dos Estados por entendermos que essas secretarias necessitam hoje da ampliação desses recursos, por entendermos que o esporte não se preocupa apenas com a prática desportiva. Ele é muito mais do que isso. Nós ouvimos aquela frase já tão batida de que esporte é vida. Esporte é mais do que vida. Esporte é saúde. Esporte é disciplina. Esporte é inclusão. Esporte trata de muitas coisas que ajudam no dia a dia da formação do cidadão.

A ampliação desses recursos poderá viabilizar um pouco mais de condições para que vocês possam exercer o trabalho de vocês. É óbvio que não soluciona todos os problemas das Secretarias do Esporte. O esporte é sempre tratado pela maioria dos gestores do Brasil — não importa se você é PT, PSDB, PMDB — como... Muitas vezes não é o patinho feio, mas é algo que está num segundo plano. Saúde, educação e segurança pública são os três vieses de qualquer governo. O que sobra nós discutimos com as outras pastas, incluindo o esporte, a cultura.



Enfim, nós pensamos que esses recursos das lotéricas podem ajudar a fomentar um pouco mais.

É claro que esse PL tem algumas reações contrárias, a exemplo do próprio Ministério do Esporte, que tem uma preocupação clara com a perda de receita. Eu tenho dito aos técnicos do Ministério que no nosso entendimento ele deveria agir como órgão regulador de fomentação de políticas públicas, mas sem a necessidade efetiva de ser o detentor do recurso. Também há uma preocupação do COB, porque nós também fazemos um desmembramento dos recursos do COB. Porque, obviamente, quem detém o recurso não quer perdê-lo ou não quer perder o controle sobre o recurso, e nós vamos enfrentando alguns percalços que estão sendo superados na base do diálogo.

Eu queria muito discutir com vocês hoje aqui o texto e ouvir sugestões. Eu acho que todo mundo recebeu uma cópia do PL, se alguém não o recebeu, nós podemos fornecê-lo. Este é um texto que está praticamente pronto, mas nós queríamos ainda discuti-lo com vocês.

Quanto mais tempo demorar, é pior para nós, porque este ano é um ano curto e de curta produção também. Por ser um ano eleitoral, nós sabemos que a Casa tem um ritmo um pouco mais lento, e nós temos a necessidade de que este projeto seja aprovado na Comissão do Esporte e siga o seu rito.

Até para que vocês entendam como é o trâmite na Casa, se tudo correr normalmente, aprovado na Comissão do Esporte, ele segue para a Comissão de Finanças e Tributação e depois para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Aprovado na CCJC, vai para o Senado, e começa outra batalha.

Há um caminho que pode ser mais curto, e nós estamos discutindo com o Presidente da Casa a criação da Semana do Desporto. Seria uma semana, no nosso entendimento, de agenda positiva, quando nós iríamos votar aqui vários projetos voltados para o esporte.

Nós poderíamos ter aqui uma semana altamente produtiva e positiva para a Casa. Nesses projetos, nós já estamos incluindo o PL 67/18, que é justamente este que está sendo discutido aqui hoje.



Deputada Flávia Morais, tudo bem? Venha fazer parte da Mesa, por favor. A Deputada Flávia é muito interessada no PL, é uma das autoras, a quem nós agradecemos a presença.

Antes de passar a palavra para os colegas presentes, eu quero registrar a presença de alguns Secretários Estaduais de Esporte; do Sr. Robson Aguiar, da CBDE — Confederação Brasileira do Desporto Escolar; e do Sr. Antônio Hora Filho, Secretário de Estado do Esporte, Lazer e da Juventude de Sergipe e dirigente licenciado da CBDE.

Nós temos recebido, Deputada Flávia Morais, representantes de todos os segmentos — do Ministério; da CBDU — Confederação Brasileira do Desporto Universitário; do COB — Comitê Olímpico do Brasil, do CBC — Comitê Brasileiro de Clubes; das Forças Armadas — e de todas as partes interessadas para seja construído um texto mais próximo do consenso.

Deputada Flávia Morais, fique à vontade para fazer uso da palavra.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Boa tarde a todos. Na verdade, eu estou aqui mais para ouvir do que para falar. Nós queremos acompanhar o parecer do Deputado Fábio Mitidieri.

Este projeto é da autoria de vários Parlamentares, e o nosso entendimento é a necessidade de garantir mais recursos, principalmente para o esporte educacional. Eu sou professora de Educação Física e busco muito dentro da Comissão para esse lado.

Nós sabemos que, quando o coberto é distribuído, na hora em que se puxa de um lado, descobre-se do outro. Por isso, esta audiência pública é importante, e todos vão ter a oportunidade de se manifestar e de serem ouvidos. Eu acho que é muito importante a participação de todos nesta discussão, neste debate.

Vamos ouvir todos com muito respeito, com muito carinho, para que possamos articular como votaremos o parecer do Deputado Fábio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Deputada, eu queria passar um dado da nossa proposta para os Secretários e citar a presença da Sra. Esmeralda, que está representando aqui a Confederação Brasileira de Desportos de Surdos — CBDS. Essa entidade também está sendo beneficiada pelo texto do PL.



Dos 4,5% destinados pela lei atualmente, 33% desses recursos vão para as Secretarias de Estado; 56% ficam com o Ministério do Esporte; 9,35%, com o Comitê Brasileiro de Clubes — CBC; 1,1%, com a Confederação Brasileira do Desporto Escolar — CBDE; e 0,55%, com a Confederação Brasileira do Desporto Universitário — CBDU. Essa é a divisão do grosso.

Nesta nova divisão, a nossa ideia é que as Secretarias de Estado do Esporte passem de 33% para 45% dos recursos. O Ministério do Esporte ficaria com 25%; o CBC, com 14,5%; as Forças Armadas, com 11%; a CBDE, com 3%; e a CBDU, com 1,5%.

Na prática, já há um repasse dos recursos do Ministério do Esporte para as Forças Armadas. O que nós queremos é que essa questão de passar pelo Ministério não seja mais obrigatória, que os recursos sejam destinados diretamente a quem de direito, já que as Forças Armadas executam um serviço com rendimento muito bom. A maioria das nossas medalhas, inclusive nos Jogos Olímpicos, vieram de atletas vinculados às Forças Armadas, e esse repasse não vinha tendo o fluxo necessário. O Ministério do Esporte ora repassava, ora não repassava, ora atrasava. Para que isso não ocorra mais, entendemos que os recursos das Forças Armadas já lhes poderiam ser diretamente destinados.

Junto às Secretarias do Esporte, entendemos que um incremento que, na prática, chegue a 40% vai fazer com que consigam ter uma condição um pouco melhor. Vou dar o exemplo do meu Estado, Sergipe, onde o repasse representa 80, 90 mil reais. Esse é o valor que o Estado recebe hoje. Com isso, conseguiríamos ter em torno de 120, 130 mil reais, um pouco a mais. Isso seria bem útil à Secretaria.

Eu posso falar por Sergipe, onde a Secretaria de Estado do Esporte não tem tantos recursos assim para fomentar e executar suas atividades. Tenho certeza de que a situação não é muito diferente nas Secretarias de outros Estados.

Neste momento, gostaria que a palavra fosse franqueada aos convidados. Quero muito ouvir o pensamento dos senhores.

Registro a presença do Sr. Joacy Bastos, ex-Presidente do Fórum Nacional dos Secretários e Gestores Estaduais.

Os Secretários que quiserem falar neste momento podem se manifestar.

Concedo a palavra ao Sr. Ricardo Alexandre Sapi de Paula, de Minas Gerais.



O SR. RICARDO ALEXANDRE SAPI DE PAULA - Boa noite a todos. Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar o Deputado Fábio Mitidieri, a quem agradeço o convite e parabenizo pela liderança.

Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar o Deputado Fábio Mitidieri, a quem agradeço o convite e parabenizo pela liderança. A iniciativa é muito importante para o fortalecimento do esporte. Cumprimento também a Deputada Flávia Morais e o Sr. Lindberg Júnior, que nos dá o tempo necessário para podermos avançar cada vez mais numa pauta tão importante como a que está sendo discutida neste momento. Cumprimento os demais Secretários de Estado do Esporte aqui presentes e os gestores. Estamos muito contentes com esta oportunidade.

Desde o início da nossa gestão, em janeiro de 2015, estamos caminhando como uma Secretaria de Estado que vem atuando de forma integral e exclusiva no esporte. Para nós, este momento de discussão é importante — o Estado de Minas Gerais, pela sua dimensão, pela sua abrangência, possui 853 Municípios —, para que consigamos avançar cada vez mais nessa pauta e, efetivamente, trazer mais investimentos para o nosso Estado.

Posso relatar alguns cases de sucesso em nosso Estado, mais especificamente nos Jogos Escolares de Minas Gerais. Hoje, temos uma adesão efetiva de 835 Municípios, fazendo com que a nossa etapa, a etapa dos Jogos Escolares de Minas Gerais, seja a maior do País. Trata-se de um trabalho efetivo e permanente. Junto à Federação de Esportes Estudantis de Minas Gerais — FEEMG, com o apoio da Confederação Brasileira do Desporto Escolar — CBDE, conseguimos atingir e trazer um número muito significativo com a participação das escolas.

Do ponto de vista da qualidade e da organização, nós percebemos que conseguimos atingir um número muito satisfatório. Agora, com relação ao aumento desse investimento, é necessário avançarmos, uma vez que o que temos hoje não nos possibilita crescer.

E eu quero me referir à questão do legado. Hoje, é necessário fazemos investimentos em relação aos equipamentos esportivos, para que possamos melhorar ainda mais a realização dos jogos, com quadras, piscinas, porque os equipamentos esportivos nos atendem de forma muito deficitária.



Então, por parte da Secretaria de Estado do Esporte, há uma necessidade de lutar para que consigamos, efetivamente, trazer mais investimentos para a pasta. Assim, teremos uma resposta à altura. Os Municípios precisam muito disso.

A relação que existe entre os jogos escolares hoje não acontece com os jogos universitários simplesmente pela falta de investimento. É importante potencializarmos isso. É por essa razão que o Estado de Minas Gerais está presente aqui hoje.

Nós nos colocamos à disposição para podermos avançar cada vez mais no fortalecimento dessa proposta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Eu quem agradeço, Secretário Ricardo.

Também quero citar o nome de todos os Secretários de Estado do Esporte presentes. Além do Sr. Ricardo, de Minas Gerais, estão aqui o Sr. Antônio Hora, de Sergipe; a Sra. Cláudia Caetano, de Alagoas; o Sr. Euler Barbosa, Secretário de Estado do Esporte do Ceará; José Gomes da Silva, Secretário de Estado de Educação e Desportos de Roraima; Lusimar Santos, Presidente do Conselho do PROESPORTE — Programa Estadual de Incentivo ao Esporte de Goiás; Marco Aurélio da Costa Guedes, Coordenador dos Centros Olímpicos, Paralímpicos e Espaços Esportivos do Distrito Federal; Vicente José de Lima, Secretário de Estado do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia, e os demais que eu já citei.

Antes de passar a palavra ao Vicente, gostaria de passar um dado em números do que nós estamos propondo aqui. As Secretarias de Estado hoje recebem em torno de 199 milhões 234 mil reais, de fração, e, pela nossa proposta, iriam para 268 milhões 966 mil reais, de fração, ou seja, um incremento importante para o desenvolvido do desporto, como você bem colocou a necessidade disso. Junto com isso, há responsabilidades. O nosso projeto acatou várias sugestões do TCU no sentido de controle desses recursos, de como aferir melhor, porque nós todos sabemos o que aconteceu com esses mesmos recursos nas Olimpíadas, com as confederações, enfim, com desvios e prisões que ocorreram. Nós tentamos evitar ao máximo esse tipo de situação, adotando, nesse caso, as sugestões do TCU, o que eu acho que foi importante dos órgãos de controle e fiscalização, já que nós



falamos aqui que é importante ter mais recursos. Não que nos Estados já não ocorra isso. Eu sei disso porque nós temos no Brasil nove órgãos de fiscalização, e os Estados são submetidos a todos eles. Nós sabemos que, muitas vezes, no Brasil, gasta-se 1 milhão de reais para fiscalizar 100 mil reais. São coisas até que têm que ser revistas. Mas é importante se adotar coisas simples.

Concedo a palavra ao Sr. Vicente José de Lima, Secretário de Estado do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia.

O SR. VICENTE JOSÉ DE LIMA NETO - Deputado Fábio Mitidieri, que preside esta sessão, Deputada Flávia Morais, uma das proponentes deste encontro, demais Secretários de Estado aqui presentes, convidados, imprensa, primeiro quero agradecer o convite que foi formulado à nossa Secretaria de Estado para tratar de um tema tão importante. E lá nós temos a prática de sempre submeter ao Governador de Estado esses convites, de quem eu trago, portanto, um abraço. O Governador Rui Costa tem um carinho muito especial pelo tema do esporte na Bahia.

Segundo, quero dizer que não é coincidência estarmos hoje, no dia 24 de abril, exatamente 20 anos depois da publicação da Lei Pelé, numa sessão como esta tratando de um tema tão importante quanto o financiamento. Não é por acaso!

Também foi no mês de abril, Deputada Flávia Morais, de 1941, que o primeiro decreto, Decreto 3.119, construiu, talvez, o começo do que seria o Sistema Nacional do Esporte, quando instituiu o Conselho Nacional do Desporto, que a Lei Pelé enterrou e democratizou, a partir de outros mecanismos de gestão do esporte brasileiro.

De lá para cá muita coisa aconteceu, muita coisa boa, muita experiência em relação ao esporte brasileiro. Em 2003, foi criado o Ministério do Esporte. Talvez o momento mais importante do esporte brasileiro tenha sido o atendimento a essa reivindicação do esporte nacional — que durava décadas — de termos um órgão de âmbito nacional, com *status* de Ministério, com orçamento próprio, com política pública, com o Conselho Nacional funcionando, para discutir, organizar, receber, criticar, estabelecer metas, construir políticas públicas em torno do esporte brasileiro.

Então, muita coisa aconteceu de importante até chegarmos no dia de hoje, um dia em que estamos tratando do tema do financiamento do esporte,



particularmente, a distribuição dos recursos oriundos dessa fonte tão importante de financiamento, que veio, a partir da Lei Pelé, garantir um incremento nos recursos para o esporte brasileiro.

Não é simples tratar desse assunto. Eu agradeço ao senhor pela felicidade do momento, porque nós acabamos de realizar, na Bahia, um fórum estadual de gestores de esporte e lazer. Levantamos 5 temáticas importantes; convidamos especialistas do Brasil inteiro: professores universitários, ex-integrantes do Ministério do Esporte. Eu próprio integrei o Ministério do Esporte durante 2 anos. Fizemos um excelente debate sobre o tema do financiamento, além de outros temas.

Presidente, chamou-nos muito a atenção um aspecto, neste momento, que o senhor próprio colocou aqui: as Secretarias de Estado estão com muita dificuldade de conseguir recursos para o fomento do esporte. É uma realidade nacional, em função da dificuldade que este País atravessa, não termos recursos públicos disponíveis para políticas públicas. Houve uma desidratação do Ministério do Esporte, que perdeu boa parte do seu orçamento, perdeu emenda parlamentar. A nossa assessoria executiva pode levantar os números. O senhor deve ter essa informação. Perdeu emenda parlamentar, deixou de ser um Ministério atrativo para emendas parlamentares, no último período. Deve haver uma explicação política para isso. E atravessou 2017 com um hipercontingenciamento. Como se não bastasse a falta de recurso, a diminuição orçamentária, ele foi contingenciado. Nós tentamos, em várias oportunidades, tratar de temas importantes como o Programa Segundo Tempo, que se esvaziou no Ministério; como investimento em alta performance, que acabou no Ministério. Os recursos para jogos escolares, jogos universitários foram diminuídos. A Confederação Brasileira de Desporto Escolar — CBDE, e a Confederação Brasileira de Desporto Universitário — CBDU, estão reclamando o tempo inteiro, com toda a razão.

Então, é com muita felicidade que os Srs. Parlamentares propuseram esta discussão aqui, porque os Secretários de Estado aqui presentes querem, realmente, avançar no debate sobre o tema do financiamento, que não é um debate simples. E não é uma discussão como a feita pelas torcidas, não é um debate entre torcidas, não é uma discussão corporativa. Seria muito cômodo, para mim, chegar aqui, na condição de Secretário, e dizer: *“Não, nós queremos o aumento do repasse. O*



percentual está pequeno, seria ótimo se isso acontecesse.” Nós achamos que o debate tem que ser mais amplo, mais largo, porque o tema do financiamento é um tema complexo, que envolve vários atores. Então, não é uma disputa entre COB, CBDE e CBDU. Não pode ser uma disputa entre CBC e as Secretarias de Estado, por mais percentual em relação a esse repasse. Tem que ser um pacto — eu entendi assim quando recebi o requerimento de vocês, e quando o senhor falou aqui sobre isso — em busca da unidade, do convencimento, do diálogo, para que tenhamos um resultado que contemple todos, e também preserve os interesses de todos.

Sobre o alto rendimento, eu vi, aqui, no texto da fundamentação da sua alteração legislativa, um debate muito apropriado sobre os recursos para o alto rendimento. A alta performance, no nosso País, tem muito mais facilidade de conseguir recursos, sejam eles públicos ou privados, por várias razões: apoio da mídia; pelos ídolos, que acabam sendo pessoas que atraem recursos públicos e privados; uma certa profissionalização de escritórios — isso é positivo para o Brasil — na captação de recursos privados, seja o investimento direto por patrocínio, seja através da Lei de Incentivo ao Esporte, lei bastante generosa e pouco utilizada em vários setores desse País, inclusive em obras, porque a lei permite a realização de obras.

Então, a alta performance consegue mais recursos. Mas o esporte educacional tem uma dificuldade muito grande de alcançar esses recursos. O esporte comunitário tem muita dificuldade de alcançar esses recursos. Eu tenho certeza de que a proposição dos senhores vai no sentido de ajudar a democratizar os recursos públicos, e também sinalizar ao setor privado a importância que tem o aporte de recursos nesse sentido.

Então, é com muita alegria que nós estamos aqui. Achamos que é um debate que está em curso, é uma proposição que coloca sobre a mesa um debate necessário, coloca luz sobre o tema do repasse aos Estados, que nos interessa de perto. Tenho certeza de que o saldo disso vai ser bom para o nosso País. Portanto, parabéns aos Deputados proponentes desta iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Inclusive, Sr. Vicente, uma das coisas com que nos preocupamos nesse momento é que estamos discutindo



aqui a redistribuição dos recursos, e não a ampliação dos percentuais. Então, se analisarmos, continuam os 4,5%, porque não há, neste momento, clima para conseguirmos ampliar esse repasse. E aí, teoricamente, ninguém perde nada, fica tudo... não há como fazer isso no momento pelo qual o Brasil está passando. Criarmos mais uma tributação agora seria difícil. Então, tivemos que discutir essa redistribuição.

Eu entendo quando V.Exa. coloca a questão do Ministério do Esporte, da perda orçamentária dele. Nós tivemos um Ministério do Esporte antes das Olimpíadas. Nós tivemos um Ministério do Esporte durante o período olímpico, que não é só o ano das Olimpíadas, mas todo aquele período em que se faz investimento na construção das obras. E nós temos um Ministério do Esporte pós-Olimpíadas.

Então, a realidade do ciclo olímpico foi muito boa ao Ministério do Esporte, no sentido orçamentário, porque ele teve um orçamento que nunca tinha tido na história. Mas, acabado o ciclo olímpico, ele voltou a ter, infelizmente, um orçamento muito aquém do necessário, até porque a situação passa a ser pior do que antes do ciclo olímpico, porque agora há um legado para administrar. Se você considerar o mesmo orçamento de antes, corrigindo a inflação, vamos dizer assim, sem o legado é uma coisa, mas com um legado para você gerenciar é um outro investimento, é uma outra necessidade.

O Ministério do Esporte vem sofrendo também, na prática, o que a Secretaria sofre no seu dia a dia. Eu acho que esse é o grande problema. Estamos buscando uma divisão que seja mais justa e menos dolorosa para todas as partes. Não adianta um ente ficar bem servido e todos os outros sofrendo. Se todo mundo abrir mão de um pouco, acho que dá para construirmos um texto. Eu tenho ouvido todas as partes interessadas, os argumentos de cada um, para buscarmos fazer esse texto o mais próximo do ideal. E o senhor tem razão quando menciona isso.

Eu quero anunciar a presença aqui do Sr. Marcelo Ottoline, Presidente da Federação de Esporte no Distrito Federal e Entorno, Deborah Dias, surda atleta e representante da Comissão Nacional de Atletas; Deputado Capitão Fábio Abreu — bem-vindo, mais uma vez, Deputado — e Ismar Cruz, representante do Tribunal de



Contas da União — TCU. Estávamos aqui citando o TCU, porque nós adotamos as normas e as sugestões que vieram desse órgão. Sejam bem-vindos!

Eu vou passar a palavra ao Euler Barbosa, Secretário de Esporte do Estado do Ceará.

O SR. EULER BARBOSA - Boa noite a todos. Boa noite, Sr. Presidente, Deputado Fábio Mitidieri, Deputada Flávia Morais, Deputado Capitão Fábio Abreu, membros desta Comissão do Esporte.

Primeiramente, eu trago aqui o abraço fraterno do povo do meu Ceará também a todos os nossos colegas secretários presentes.

Nós sentimos muita falta de haver oportunidades como essa de agora, que deve ser ressaltada de forma muito positiva, para juntos debatermos políticas de financiamento para o esporte.

Eu venho de uma realidade em um Estado que tem sido, inclusive, uma exceção nos últimos 2 anos. O Estado do Ceará fez o seu dever de casa, e nós temos passado de forma mais amena por toda essa crise econômica.

Estou transmitindo aqui também a todos, Deputado, o abraço do nosso Governador Camilo Santana, que é um grande incentivador do esporte. Trata-se de um esportista em si.

Nós estamos criando, no Estado do Ceará, talvez, a maior rede de equipamentos esportivos da história, com 170 novas arenas e miniarenas. E temos buscado dar uma resposta necessária a quem está lá na ponta.

Uma questão que sempre nos preocupou com relação ao financiamento realmente foi essa concentração de recursos. Quando eu recebi esse convite, nós ficamos meio atíçados a colocar várias questões. Então, eu peço permissão a V.Exa. para fazer uma explanação nessa fala inicial, para, depois, voltar ao debate, abordando os pormenores.

Eu vou dar um exemplo aqui. No Estado do Ceará, há o Centro de Formação Olímpica, um investimento de 330 milhões de reais que foi feito no período pré-olímpico de preparação das Olimpíadas. Trata-se de um financiamento de 300 milhões de reais que foi feito por parte do Ministério dos Esportes. Nesse equipamento, um único local de 80 mil metros quadrados, há 26 modalidades olímpicas com equipamentos certificados, capazes de receber qualquer tipo de



competição de nível olímpico, um hotel dentro do equipamento para 285 atletas completamente montado — de TV a travesseiro, como eu costumo dizer —, academia completa, equipamentos muito caros, ou seja, talvez seja hoje, no Brasil, o melhor centro de formação olímpica do País, quiçá da América Latina, um ginásio padrão NBA. Há toda uma estrutura pronta que foi originalmente destinada à formação olímpica de atletas de todo o Nordeste, mas que agora simplesmente está abandonado pelo Comitê Olímpico do Brasil — COB, assim como todo o legado olímpico.

Eu não lembro ter recebido nenhuma visita do COB até hoje. Nós realizamos, no ano passado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Só um questionamento. Desculpe-me interrompê-lo. Esse centro é do Ministério dos Esportes, ou é do COB?

O SR. EULER BARBOSA - Esse centro é do Governo do Estado do Ceará. Foi construído com recursos do Ministério do Esporte e do Governo do Estado do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - E ele pertence ao Governo?

O SR. EULER BARBOSA - Ele foi desenhado para receber, em cooperação com os Estados do Nordeste, atletas de alto rendimento que pudessem ali se desenvolver e participar de competições nacionais e internacionais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - E a manutenção dele é feita com que recurso?

O SR. EULER BARBOSA - Toda pelo Estado do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Pelo Estado do Ceará.

O SR. EULER BARBOSA - Não recebemos 1 centavo, nem do Ministério de Esporte, nem tive a grata satisfação de receber uma visita do COB — nem para ver que ali há um equipamento único no Brasil.

No ano passado, passaram por ali em torno de 90 mil pessoas, em cerca de 70 eventos, inclusive, circuitos nacionais de atletismo, de esportes de quadra. Mas, dentro desse conjunto de legado negativo das Olimpíadas, não vemos nenhum movimento do COB, nem sequer no sentido de desenvolver ali alguma atividade. Nós estamos agora desenvolvendo uma série de programas junto com as 26 federações locais. E precisamos de um olhar especial do Ministério do Esporte, e



também do COB, para aquele equipamento. Não faz sentido nós termos ali toda aquela estrutura, e, simplesmente, ficar tudo na conta do Estado. Estamos conseguindo desenvolver atividades no equipamento, mas ele não está funcionando a contento. Eu, até hoje, não consegui receber nenhum atleta lá de Alagoas, de Sergipe, de Pernambuco. Então, precisamos ter um olhar diferente sobre aquele investimento, que é também do período pré-olímpico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Só outra questão, Euler. Eu estou lhe interrompendo porque é importante.

O SR. EULER BARBOSA - Pois não.

Se quiser colocar na Internet, no telão, "CFO", verá que é um negócio diferenciado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Vou pedir ao pessoal.

Essa estrutura, para construir, custou 300 milhões. Mas manter também não é barato.

O SR. EULER BARBOSA - Custa quase 2 milhões por mês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Quase 2 milhões por mês para o Estado do Ceará.

O SR. EULER BARBOSA - Funcionando plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - A sua Secretaria — as Secretarias de Esporte, normalmente, não são o primeiro escalão das secretarias, porque antes do esporte vem sempre saúde, educação e segurança pública — passou a ter mais uma despesa de 2 milhões, num orçamento que já era achatado.

O SR. EULER BARBOSA - Mais uma despesa. Nós estamos prevendo, inclusive, uma concessão através de PPP. Estamos buscando soluções para que o investimento do povo brasileiro não caia em desgraça lá.

Mas nós temos também boas notícias. No Ceará, conseguimos fazer rodar, desde o ano passado, a Lei Estadual de Incentivo ao Esporte. Então, já tivemos lá uma renúncia, que foi um sucesso total no primeiro edital, de cerca de 5 milhões de reais, que foram distribuídos a projetos apresentados. Para este ano, o Governo do Estado está disponibilizando em torno de 14 milhões, de renúncia fiscal de ICMS. Então, temos lá um Governo capaz, que está ampliando, cada vez mais, o investimento no esporte. Esse mérito, o Governador Camilo Santana tem.



Ficamos um pouco surpresos quando nos deparamos com essa sanha do COB. E aí, permito-me um pouco de chateação mesmo, porque já faz quase 1 ano que tenho procurado o COB, para tratar do CFO, e não tenho recebido qualquer tipo de resposta. E aí vemos, na justificativa do projeto de lei apresentado, uma parte de um relatório do Tribunal de Contas da União que fala de 7,7 bilhões investidos entre 2010 e 2014 para o desporto de alto rendimento, enquanto foram 500 milhões de reais apenas para o esporte educacional. Há muitas políticas lá de incentivo ao esporte educacional que não são só jogos escolares, mas parece que ao COB tudo se limita a jogos escolares.

Há muitas limitações com relação a recursos. Essa é uma oportunidade muito boa. Inclusive, eu gostaria de me manifestar de verdade. Em uma conversa que eu tive antes com gestores municipais, haveria essa oportunidade, essa reunião. E nós poderíamos também lembrar aqui, Presidente — eu não sei se para essa alteração isso vai ser feito —, que nós estamos estimulando, no Estado do Ceará, a criação de conselhos municipais e fundos municipais de esporte, porque eles anseiam também por ter direito a algum tipo de repasse. Há o fundo estadual, que é composto também por recursos de prognósticos e loterias.

Em nome de todos os secretários municipais, eu queria fazer também a lembrança de que é lá no Município, lá na ponta, onde mais se precisa do recurso para o desporto educacional, para o desporto de participação. Eles também anseiam serem lembrados com relação à Lei Pelé. E, aí, eu rogo, se houver algum tipo de disponibilidade — nós estamos falando de uma descentralização muito maior —, para que agora ou em um futuro próximo, nós lembrarmos também disso.

Há quase 80% dos Municípios com conselhos municipais e fundos municipais constituídos. Nós tentamos fazer milagre com uma transferência de recurso local, mas nós podemos fazer muito pouco.

Seriam essas as colocações iniciais.

Inclusive, para que não fique aqui um produto vendido e não mostrado, eu gostaria de convidar os integrantes da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados e os nossos colegas secretários também, para que possamos marcar uma ida ao Centro de Formação Olímpica. Tenho certeza de que todos vão ficar



muito surpresos com o que temos no Estado do Ceará, que foi construído para todos os Estados do Nordeste. É bom que se lembre disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Agradeço a sua participação, Secretário Euler.

Em 2015, a Comissão fez uma visita lá, e seria importante que nós pudéssemos fazer uma nova visita até para comparar e ver o estado dessas instalações hoje.

O SR. EULER BARBOSA - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Eu tenho que ser justo. A nossa relação com o COB era muito ruim. Depois que entrou o Paulo Wanderley melhorou um pouco. Hoje nós temos um diálogo aberto com o COB que não existia. Inclusive, eu fui um dos maiores críticos da Comissão do Esporte ao COB, porque ele nunca atendeu um convite que esta Casa fez para prestar contas, enfim, fazer qualquer esclarecimento que fosse à Comissão do Esporte. O COB nunca teve essa atenção conosco. Depois que o Paulo Wanderley entrou, pelo menos, ele tem tido atenção com a Comissão, o que não quer dizer que com isso esteja tudo resolvido.

Uma das nossas propostas, no PL, que estranhamente foi rechaçada, foi a de que nós descentralizássemos os recursos para as confederações brasileiras. Por unanimidade, nós fizemos uma Mesa, como a que estamos fazendo hoje, com os presidentes das confederações, e nenhuma delas quis ter a sua autonomia financeira.

O SR. EULER BARBOSA - Estranho isso. Muito esquisito isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Todas elas assinaram um documento — e eu achei aquilo estranho — pedindo para que continuassem sendo vinculadas ao COB. Eu até disse a eles: *“Eu entendo que a relação de vocês com o Paulo seja de confiança e que ele seja um Presidente que está agradando, mas as instituições são maiores do que os seus gestores. E hoje há o Paulo e o Wanderley; amanhã poderá haver outro que tenha péssima relação com vocês. Se isso acontecer, vocês vão se lamentar de estarem abrindo mão hoje aqui da oportunidade de cada um ter a sua autonomia”*. Eles alegaram umas dificuldades para ter acesso a esse recurso. Se vocês dizem que a fiscalização do Comitê Olímpico do Brasil — COB é tão forte que chega a ser maior do que o que teriam



com o Tribunal de Contas da União — TCU, então, qual a dificuldade de terem sua própria autonomia, de administrarem seu próprio recurso para ter acesso? Nenhuma confederação quis ter essa autonomia. Todas foram convidadas e assinaram um documento pedindo para continuarem vinculadas ao COB.

V.Exa. colocou aqui algo que precisa ser dito. Existe uma diferença entre desporto escolar e desporto educacional. Muitas vezes, o que é feito nas Secretarias de Esporte e o que é feito nas Secretarias de Educação não é o mesmo que é feito numa Confederação Brasileira do Desporto Escolar — CBDE ou numa Confederação Brasileira do Desporto Universitário — CBDU. Há diferenças, inclusive, há objetivos diferentes.

Tive a oportunidade de ser também Secretário de Esporte na minha cidade, Aracaju. Lá existe um problema, porque, apesar de o desporto escolar pertencer à Secretaria de Educação, ela manda você procurar a Secretaria de Esporte. E a Secretaria de Esporte diz que, se é escolar, tem que ser lá. O que acontece é que ninguém resolve o problema, porque ninguém quer gastar o dinheiro do esporte, que não tem, e o da educação, porque não quer gastar. Se a educação não tiver dinheiro ninguém mais tem. Hoje, temos uma dificuldade nessa relação.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Gostaria de um aparte, se puder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Pode sim, Deputada. Com certeza.

Mas uma dificuldade que enfrentamos, quando se vai tratar do desporto educacional, é porque, muitas vezes, essas atribuições são, teoricamente, da Secretaria de Educação e são levadas para a Secretaria de Esporte, que não tem a os recursos e a estrutura necessária para atender...

(Não identificado) - Jogos escolares são um exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Exatamente.

Pois não, Deputada.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Por isso falo que precisamos mexer na raiz. Só na hora em que a Secretaria de Esporte tiver recurso é que ela vai conseguir se impor nas escolas com uma educação esportiva de verdade.

Hoje, a realidade do esporte e da Educação Física nas escolas é a de qualquer um dando aula de Educação Física. Muitas vezes, não há esporte nenhum,



não há qualificação nenhuma. Eu sempre defendo que o esporte de alto rendimento é consequência de um esporte de base bem feito.

Nas escolas particulares se consegue ter esporte de qualidade, desenvolver um rendimento — não alto rendimento —, aperfeiçoamento. E nas escolas públicas, não. Não há quadra, não há material, não há profissional, não há treinador. Sabemos que as dificuldades são muitas. Por isso, pensamos que, se houver recurso das Secretarias de Esporte, vão poder entrar na educação com recursos. Assim, a escola vai falar: *“Eles vêm, mas vão ajudar, então, vamos abrir espaço, vamos oferecer ajuda”*.

Sabemos que a grade curricular hoje prevê a obrigatoriedade das aulas de Educação Física, ministradas por professores de Educação Física. Precisamos garantir recursos para que se cumpra. Então, isso é muito importante.

Quando falamos dos Jogos Estudantis, sua inscrição acaba levando só as escolas particulares a participarem. A escola pública acaba ficando de fora, porque muitas vezes não dá conta nem de pagar a inscrição, sem contar que nossos alunos da escola pública não têm acesso à prática de uma atividade, às vezes, não há equipamento, não há quadra.

(Não identificado) - A inscrição é paga, Deputada?

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Sim. Para os Jogos Estudantis, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Depende do Estado. Há Estado que cobra, há Estado que não cobra.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Por isso que nós acreditamos nessa mudança na distribuição de recurso. Na hora em que conseguirmos ter as Secretarias Estaduais com recursos para fazer essa articulação, elas vão se empoderar. Assim, acredito que conseguiremos fortalecer o esporte educacional escolar. Isso é muito importante.

Grande parte das mazelas sociais que temos é justamente pela falta de atividades, de alternativas. O esporte, nessa fase, com certeza, é uma alternativa, que traz uma ocupação para os nossos jovens, para as nossas crianças, e uma formação para o corpo, para a mente, e uma socialização com base na formação para o esporte e para a atividade física. Então, temos defendido muito isso.



Quero concordar com nosso representante da Bahia, que disse que o esporte de alto rendimento já se autofinancia. Há muito patrocínio. Muita gente quer bancar. Precisamos trazer recurso para as escolas, para esse esporte de base, porque hoje a precariedade é total. Sabemos que o recurso não dá para nada, que fazemos de conta. E é por amostragem. Só alguns têm acesso, não conseguimos universalizar nem diversificar as modalidades. Temos futebol e olhe lá. Não conseguimos levar as pistas de atletismo, as piscinas para termos alternativas e outras modalidades. Então, sabemos que é precaríssima a situação do esporte de base, principalmente na rede pública de ensino do nosso País.

Precisamos mexer nisso mesmo e pensar grande. Acho que é possível, sim, conseguirmos financiamento. E naturalmente, quando conseguirmos fortalecer isso, vão surgir novos talentos, fomentando o esporte de rendimento e de alto rendimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Deputada, para ver como é confuso, o Ministério do Esporte — não é da Educação — tem o Programa Segundo Tempo, que ocorre no contraturno da escola, e o Programa Esporte e Lazer da Cidade — PELC, que hoje o Governo parou e não mostrou esse programa. São programas escolares desenvolvidos pelo Ministério do Esporte, e não pelo Ministério da Educação. Teoricamente, o recurso teria que ser das Secretarias de Esporte, mas é feito nas escolas.

Então, essa dubiedade de responsabilidades também gera uma incerteza. E, quando não se sabe quem é responsável pelo quê, muitas vezes, há uma acomodação: *“Vá lá resolver com aquele outro”*.

Além disso, como foi dito, qual é o universo do alto rendimento, sem tirar sua importância ou relevância, e o universo que temos do desporto escolar, que é fomentador para que se possa ter, amanhã, o alto rendimento?

Todo mundo começa a prática desportiva na escola. Lá que se forma primeiro o cidadão, porque ninguém tem garantia de que será um grande atleta, ajuda-se a formar o caráter da criança, a formar os valores morais e éticos de uma criança, e um percentual muito pequeno vai dar certo, vai para o alto rendimento.

Então, não podemos ter um investimento de alto rendimento, como foi colocado aqui, do COB, infinitamente maior do que se faz na base, onde está o universo de praticantes. Enfim, acho que é nessa linha.



Agora, Sr. Secretário, quanto à questão dos Municípios, nós temos um universo de mais de 5.000 Municípios, e é impossível, nesse primeiro momento, pensarmos em abraçá-los, porque, aí, não haveria receita significativa para ninguém. Mas há uma perspectiva, sim, de fomento mais à frente, pois, de alguma forma, temos que buscar, ou uma outra fonte ou alguma coisa que pode ser criado nesse sentido.

Deputado Capitão Fábio Abreu, V.Exa. gostaria de usar a palavra?

O SR. DEPUTADO CAPITÃO FÁBIO ABREU - Eu gostar de ouvir mais para, depois, poder opinar a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Passo a palavra ao Sr. Lusimar Santos, do Goiás.

O SR. LUSIMAR SANTOS - Primeiramente, boa noite a todos. Gostaria de cumprimentar o Deputado Capitão Fábio Abreu, a Deputada Flávia Morais, do nosso querido Estado de Goiás, o Lindberg, a quem conheço de longa data. Cumprimento também todos os Secretários, em especial o amigo Antônio Hora Filho.

É importante partirmos para o cenário de que o esporte hoje nos Estados evoluiu bastante. Cito o exemplo do Estado de Goiás, com a entrada da Secretária Raquel Teixeira na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, que mandou um abraço para os senhores — ela já foi Presidente desta Comissão —, e do atual Secretário Marcos das Neves. Lá nós temos uma Secretaria de Educação, Cultura e Esporte e uma Superintendência Executiva de Esporte e Lazer, que é muito preocupada com as ações esportivas.

Para o desporto escolar e o desporto universitário, lá no Estado de Goiás, existe uma tratativa especial. Preocupamos em tratar o desporto escolar principalmente na vanguarda da CBDE e na vanguarda da CBDU, que trabalham de forma cooperada, e, lá no Estado de Goiás, houve um desenvolvimento do esporte educacional.

Penso que os Estados precisam de autonomia maior no uso de seus recursos, para haver desenvolvimento. Os últimos 4 meses, nós fizemos grandes eventos esportivos, recebemos a seleção brasileira de basquete, o campeonato pan-americano de handebol, todos esses eventos por meio da Lei Pelé. Então, esse é o recurso que consegue fomentar de forma positiva o esporte no nosso Estado.



Tanto o Governador Marconi Perillo como o Governador José Elinton têm uma preocupação imensa com a prática esportiva. Então, essa é uma mensagem que eu penso que nós devemos tratar, independentemente do posicionamento do Comitê Olímpico Brasileiro, do Comitê Paralímpico Brasileiro. Eu acho que as confederações têm competência, têm trabalho prestado para poder gerir esse recurso no que diz respeito ao desporto educacional.

Então, defendo abertamente essa ideia de incrementar o recurso nessa distribuição para os Estados e com as duas entidades para o fomento do desporto educacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Inclusive uma preocupação também que temos é sobre o fato de a Secretaria de Estado naturalmente ter uma infraestrutura melhor para responder às diligências do TCU, as condições necessárias para se trabalhar com recurso federal. Muitos municípios, dentro do que disse o Euler, até por sua natureza, por possuírem estrutura menor, por possuírem menos habitantes, não têm, às vezes, as condições de pessoal necessárias para atender todas as demandas que vem hoje dos órgãos de fiscalização. Vemos isso não só no esporte, mas mesmo em coisas menores: às vezes, o Município tem dificuldade de ter alguém para elaborar um projeto para captar recursos.

Então, se...

O SR. LUSIMAR SANTOS - O Estado é fomentador. Em Goiás, nós temos um programa de incentivo ao esporte, o PROESPORTE, com a qual nós distribuimos recursos para as federações. Eu acho que as federações têm o papel fundamental no desenvolvimento do esporte. O Estado não é realizador. Ele tem que distribuir, apoiar, fiscalizar de forma positiva e deixar que as entidades realizem os eventos. Eu acho que esse é o pensamento que devemos seguir.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Eu acho que uma pergunta importante... O Lusimar está vendo essa experiência. Em Goiás, até há pouco tempo era agência, agora virou superintendência da Secretaria de Educação. O que seria melhor para os Estados: estar o esporte na Secretaria do Esporte ou dentro da Secretaria de Educação? Nesse foco de trazer o recurso para a educação, de haver a gestão para a educação, qual seria melhor? Eu acho que esse parecer tem um



papel fundamental nisso, quando diz que vai repassar o recurso para os Estados, para as secretarias ou órgãos...

(Não identificado) - ...porque em alguns Estados não existe a secretaria de esporte.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Mas, de repente, pode-se vincular o recurso para o Estado criar a secretaria, se isso for importante. Se isso for importante, pode ser criada a vinculação: o recurso vai para o Estado que tem a secretaria. O Estado vai criar a secretaria para receber recurso.

(Não identificado) - É uma sugestão.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - É. Mas isso é importante? Ou será melhor o esporte estar vinculado à Secretaria de Educação. Eu acho que essa é uma questão que precisamos avaliar e discutir. Essa vinculação pode ser fundamental para fortalecermos o esporte nos Estados se isso for importante.

O SR. LUSIMAR SANTOS - Deputada, eu acho que o anseio da maioria da comunidade esportiva é que haja a secretaria de esporte. Goiás foi um caso que deu certo — criou a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte —, mas isso vai muito do seu gestor. A Profa. Raquel tinha essa visão voltada para o esporte. Lá isso deu certo, mas é importante a secretaria de esporte específica, eu acho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Agora há outra situação, dentro do que a Deputada Flávia disse. Por exemplo, o Estado da Bahia tem Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. Então, ela é de esporte; ela tem, na nomenclatura, “esporte”.

(Não identificado) - E é secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - E é secretaria, tem *status* de secretaria. Mas há Estados onde o esporte virou uma coordenadoria. Sergipe criou a Secretaria de Esporte e depois a transformou numa coordenadoria da Secretaria. Sabem o que aconteceu? Acabaram com o esporte acabou, ele enfraqueceu. Quando voltou a ter *status* de secretaria, novamente o esporte passou a ser prioridade.

Quando o esporte tem uma coordenadoria, passa a haver dois ou três funcionários lá dentro — “*tome aqui o seu cala-boca, esqueça*” —, o esporte não é



prioridade para mais nada. Quando o esporte tem *status* de secretaria, a natureza dele é fomentar o desporto, o que é outro patamar.

Agora eu tenho uma preocupação. O Secretário da Bahia pode dar até uma opinião. No caso da Bahia, o esporte tem *status* de secretaria de esporte, mas, na verdade, é uma supersecretaria, pela nomenclatura: Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte.

Como é que isso funciona? Até para que entendamos, dentro da sugestão da Deputada Flávia, o esporte lá, como é que você consegue fazer com que todos sejam prioritários, já que ela é uma supersecretaria?

O SR. VICENTE JOSÉ DE LIMA NETO - Essa é uma excelente questão, porque, junto com o tema do trabalho, tenderíamos a ter uma mistura de assuntos que talvez colocasse o esporte num plano secundário. Isso não acontece. São três superintendências na secretaria: uma de trabalho, onde está a Rede SINE; outra de economia solidária; e outra de esporte, no mesmo *status*.

E essa de esporte nós transformamos em autarquia. Temos procuradoria própria para o esporte. Temos o sistema de esporte rodando perfeitamente, com o conselho em funcionamento em reunião bimensal — conselho pleno, eleito, com representação da sociedade civil; dinheiro, através da lei de incentivo estadual chamada Faz Atleta, com mais de 10 anos; e relação com os Municípios extraordinária.

Então, o sistema roda tranquilo. O tema do esporte tem um *status* bastante elevado dentro do Governo. E lá nós temos um equipamento de alta *performance*, como há no Ceará, que é o Centro Pan-Americano de Judô, de referência internacional, funcionando perfeitamente no modelo de parceria com a Confederação Brasileira de Judô. Então, lá não tem recurso nosso. A Confederação se vira, capta o recurso, tem vida própria e tem a participação intensa de várias modalidades, pois não é só voltada para o judô, como atletismo, natação, etc. E a sede dessa autarquia ligada ao esporte, que é ligada à nossa Secretaria, fica dentro do Centro Pan-Americano, com a garantia e a fiscalização do que acontece nessa parceria. Assim, roda bem o esporte com *status* de Secretaria, com recurso e estrutura, gerindo o sistema estadual que está bem azeitado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Essa era uma dúvida nossa, porque, mesmo que saibam separar, está bem-posto aí: são superintendências independentes que você criou, com um orçamento praticamente independente. Então, efetivamente tem *status* de Secretaria. Na prática, é uma Secretaria com orçamento próprio.

Passo a palavra ao Secretário Antônio Hora, do Estado de Sergipe.

O SR. ANTÔNIO HORA FILHO - Boa noite a todos! Quero fazer uma saudação inicial ao Deputado Federal Fábio Mitidieri, externando o orgulho de Sergipe, o menor Estado da Federação, de estar sendo representado na Câmara Federal por um Parlamentar da sua envergadura. Isso nos tem enchido de orgulho. E trago aqui esse sentimento de todos os desportistas do nosso Estado. Obviamente, estamos aqui tratando da pauta do esporte, mas me estou estendendo aos demais temas que o senhor tem trabalhado em prol da nossa população.

Quero também estender esse orgulho à Deputada Flávia Moraes, em que pese o meu título não ser de Goiás. (*Risos.*) Mas, se assim o fosse, seria complicado escolher entre votar no Fábio ou na Flávia, ela que também é profissional de Educação Física, já passou por várias pastas no seu Estado e tem demonstrado comprometimento, principalmente em fazer chegar política pública de Estado àqueles que mais precisam. Sempre que ela tem oportunidade de se posicionar nesta Comissão, alerta para a inclusão das escolas públicas e para a acessibilidade do aluno à escola pública, que, de certa forma, o sistema acaba excluindo, ou seja, acaba limitando a participação desse aluno. Então, Deputada, esse orgulho do sergipano estende-se também à sua participação, tenha certeza disso.

Quero também destacar a participação efetiva nesta Comissão do nosso Secretário Lindberg Júnior, que tenho acompanhado, talvez desde 2015, quando surgiu a ideia entre os Deputados desse projeto de lei, que, na verdade, é assinado por sete Deputados. Essa é a demonstração de que não surgiu da opinião individual nem da vontade de alguém mudar, mas foi um sentimento coletivo.

E reforço inclusive o que disse o Secretário Vicente, da Bahia, referente ao mês de abril. Um dos pontos mais importantes que aconteceu em abril foi a aprovação do decreto que regulamentou a Lei Pelé, de 1998. Depois, veio a Lei Agnelo/Piva, de 2001. E o decreto que regulamenta a aplicação desses recursos



veio apenas em 2013. Ou seja, mais de uma década depois é que esta Casa conseguiu aprovar um decreto que regulamentasse a aplicação dos recursos.

Mas os Deputados que compõem esta Comissão, a CESPO, não se acomodaram. Apenas 3 anos após a aprovação do decreto que o regulamenta, em 2013, surgia a propositura de um projeto de lei para repensar, para melhor aplicar e melhor distribuir os recursos dessa lei. Isso demonstra que a Comissão está atenta e trabalhando nisso, o que nos dá a garantia de um futuro melhor no fortalecimento do sistema desportivo do nosso País.

Falou-se aqui em relação ao melhor *status* do esporte nos seus Estados. E isso gera dúvida. Confesso, Deputada, que não estou convencido de qual seria a melhor formatação. Mas posso garantir uma coisa: um Estado que tem um gestor, mesmo o esporte tendo um departamento ou uma diretoria, ou tendo *status* de Secretaria, como é o caso de Roraima — e o Secretário de Educação e Desportos de Roraima José Gomes está aqui conosco —, quando o gestor demonstra comprometimento com a causa do esporte, quando o gestor desloca-se para uma reunião como esta, seja ela uma mesa-redonda ou uma audiência pública, para debater a questão do esporte, mesmo ele sendo Secretário de Educação e tendo outras prioridades — e o Secretário José Gomes teve hoje ainda uma reunião com o Conselho Nacional de Educação, despachou com o Ministro da Educação e poderia ter retornado ao seu Estado, mas ele fez questão de estar aqui presente —, isso demonstra que o *status* que o Estado venha a ter administrativamente na estrutura dos seus Estados não é o mais importante. O mais importante seria os governantes escolherem a dedo os gestores que irão tratar o tema do esporte, sem sombra de dúvida.

Com relação ao projeto de lei especificamente, nós, que vimos debatendo-o, desde 2016, quando houve a propositura dos Deputados, observamos que a preocupação da Comissão e do Relator, o Deputado Fábio Mitidieri, é exatamente promover uma inversão na aplicação dessa pirâmide tirana que conflui todos os recursos, ou pelo menos a maior parte dos recursos, para o topo da pirâmide, para a ponte do *iceberg*, para aqueles atletas de altíssimo rendimento, para que eles, conforme já declarado aqui, tenham a possibilidade de captação de recursos, sejam eles públicos, privados ou mistos. E esse PL, de certa forma, não restituiu ainda a



verdadeira ordem necessária para desenvolver o sistema político e administrativo do esporte brasileiro. Mas já é um indicativo de que precisamos ampliar o recurso na base do esporte.

E, quando nos referimos à base do esporte, podemos aplicar o termo a todas as esferas. A escola é a base da iniciação esportiva; o clube, muitas vezes, atinge também essa função; os Estados, os gestores e os Secretários Estaduais também promovem o desenvolvimento da base do esporte, porque são eles que estão executando e bancando as etapas das competições esportivas. Ao final, numa etapa nacional, vem uma entidade de administração esportiva, junta os números de todos os Estados e demonstra um relatório com números astronômicos.

Eu posso citar aqui o exemplo de Minas Gerais. Estamos aqui com o Secretário Ricardo Sapi. E ele nos passou, antes desta reunião, os números da competição escolar do seu Estado, que chegam a 188 mil participantes diretamente, 188 mil alunos participando desta etapa. E, quando esses dados são compilados para a etapa nacional, se passa uma falsa impressão de que uma só entidade realizou competição para esse número total, na verdade, são os Estados, são os Secretários, são os Governos Estaduais que estão bancando a maior parte do esporte, e aí, sim, também eu considero o esporte de base.

Por isso, Deputado, Relator, é que nós, Secretários Estaduais de Esportes e gestores, vimos a oportunidade na tramitação do projeto de lei que V.Exa. relatou de reativarmos o Fórum Nacional de Secretários de Esportes e Gestores, para que os Estados também possam dar a sua palavra de apoio ao movimento de aprovação desse PL e, digo mais, para acelerar esse processo, para que a coisa possa ser aprovada o mais rápido possível, obviamente, respeitando a discussão democrática.

Esta Comissão tem demonstrado, com a sequência de audiências públicas que vem realizando sobre o tema, que não está com um texto fechado — pelo contrário, ele é bastante participativo —, tem ouvido a todos. Estamos aqui hoje inclusive com a participação de um membro do TCU. Isso é algo que também nos tranquiliza, porque enquanto algumas confederações abriram mão de ter seu recurso diretamente para a sua execução, por temerem as consequências de prestação de contas, outras tantas instituições e outros tantos órgãos, a exemplo



das Secretarias, já estão sendo fiscalizados pelo TCU e pelo TCE e não temem porque têm garantias de terem seus propósitos de execução com excelência.

Então, é muito importante este momento, é um momento histórico, e em tempo recorde esta Comissão e esta Casa estão tentando ajustar a aplicação do recurso para otimizar o desenvolvimento do esporte em nosso País.

Então, reforçando as palavras, reforçando tudo o que já foi dito, falo pelo Estado de Sergipe, pela Secretaria de Estado de Sergipe, mas, pelas conversas que já tivemos entre os demais Secretários aqui presentes e outros tantos que não puderam se deslocar, mas que enviaram *e-mails* se justificando para a Comissão, o Fórum Nacional do Esporte e seus membros, seus Secretários, estão, sim, concordando com a iniciativa desta Casa e desta Comissão e apoiando-a no sentido de melhor distribuir os recursos oriundos da Lei Agnelo-Piva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Secretário, eu queria, primeiro, agradecer as palavras. Eu já o conheço há muito tempo, nós temos uma relação de amizade, já sei da sua competência e do seu trabalho lá no Estado de Sergipe, mas queria dizer ao senhor que este projeto precisa do apoio de cada um dos Secretários que aqui estão, de cada uma das pessoas que aqui estão hoje que têm acesso aos seus Deputados, que trabalham com as suas bancadas no seus Estados, porque este PL vai passar pela Comissão, em algum momento ele vai chegar a outra Comissão, que nós não temos o mesmo acesso, e será preciso também uma conversa com os Deputados daquelas outras Comissões, não é, Deputada Flávia Moraes? E vai ser importante o trabalho dos Secretários.

Esta semana o Gileno, do Rio Grande do Norte, me ligou. Eu atendi, mas antes pensei: *“Do Rio Grande do Norte... esse cara ligou errado”*. Pensei logo que era uma daquelas ligações que o pessoal faz de presídio. Ele disse: *“Quem fala é Gileno, estou aqui com seu colega Deputado Rogério Marinho, pedindo o apoio dele ao PL”* — ele também está nas Comissões. Achei importante esse trabalho e esse envolvimento que cada um tem que ter para pedir o apoio dos colegas Deputados na hora da votação deste PL, porque ele vai efetivamente mudar a forma como vimos fazendo a redistribuição dos recursos.



Queria informar que esta mesa-redonda está sendo transmitida pelo portal e-Democracia e que o *link* está disponível na página da Comissão do Esporte, no Portal da Câmara, possibilitando assim a participação popular por meio de perguntas dirigidas a esta Comissão. Já tenho duas perguntas, que depois eu lerei, assim que ouvir todos os senhores.

O Ricardo vai ter que sair.

Ricardo, eu lhe agradeço a participação. Se quiser falar...

O SR. RICARDO ALEXANDRE SAPI DE PAULA - Eu é que agradeço a oportunidade. Deixo um abraço a todos e lhes desejo uma ótima reunião. Que ela seja muito produtiva e que possamos avançar!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Eu lhe agradeço, Ricardo, mais uma vez, por participar.

Antes de passar a palavra para o José Gomes e para a Cláudia, eu queria ler apenas uma das perguntas, para irmos intercalando.

A Sra. Adriana Resende diz: *“Por que os recursos das loterias federais são distribuídos 85% para o esporte olímpico e só 15% para o esporte paralímpico? Os atletas paralímpicos ganharam muito mais medalhas nos Jogos 2016 e recebem muito menos recursos”*.

Sra. Adriana, isso ocorria até o ano de 2015, isso já foi alterado. Hoje a distribuição é 63% para o esporte olímpico e 37% para o paraolímpico. Então a proporção é outra, muito mais justa. Inclusive, como colocado aqui pelo Secretário Lindberg, mantemos esses percentuais no nosso PL. Então os recursos para o esporte paraolímpico mais do que dobraram. Isso foi uma conquista do esporte paraolímpico.

Agora passo a palavra para José Gomes da Silva, Secretário de Estado de Educação e Desporto de Roraima.

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA - Boa noite a todos.

Eu quero cumprimentar o Deputado Fábio, a Deputada Flávia, os demais Deputados e os autores deste PL. Cumprimento também o Secretário Antônio Hora e, por seu intermédio, os demais aqui presentes.



Gostaria de dizer da satisfação de estar aqui participando de algo de grande importância para o esporte. Nós sabemos as dificuldades que os Estados atravessam, especificamente o nosso Estado de Roraima, em termos de incentivo ao desporto. E a nossa Governadora, Suely Campos, não tem medido esforços.

Aqui vou falar especificamente dos jogos escolares, que todos os anos acontecem. No ano passado nós ainda encaminhamos as equipes vencedoras para participarem de outra fase em outro Estado. No ano passado 250 alunos nossos participaram de outras etapas em vários Estados da Federação, custeados pelo Governo do Estado.

Sabemos da importância do Esporte. Sempre digo que, no interior, mesmo o local não tendo recursos, por mais distante que seja, sempre vai haver um campo, sempre vai haver crianças jogando. Pode ser um povoado qualquer, uma comunidade qualquer, mas ela tem um campo. Digo isso para vermos o tamanho da importância do esporte.

Em Roraima sempre incentivamos o esporte, através também da Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social — SETRABES, e a cada dia vemos melhorias e talentos. Como gestores, sabemos que os recursos investidos na modalidade são poucos, sabemos que as condições das quadras, dos espaços onde o esporte é desenvolvido são frágeis, mas mesmo assim de lá saem talentos. Sabemos que eles são realmente vencedores, vindos de famílias humildes.

Então eu vejo como algo de grande importância a aprovação e o asseguramento dos recursos. Assim, com certeza, nós vamos ter outro povo, melhor assistido, vamos ter uma população com melhor qualidade de vida.

Agradeço e peço licença também, pois tenho que retornar hoje a Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Eu é que agradeço, Secretário José Gomes. Eu queria agradecer as palavras, a participação, o apoio e a atenção. Como coloquei no início, sei o quanto é difícil para muitos de vocês estarem aqui hoje, largarem as suas atividades. Sei que têm voo marcado. Agradeço o apoio e peço, reiteradamente, que também trabalhem nas suas bancadas para que consigamos aprovar este PL, que vai ser muito importante para o desporto.

Queria pedir à Deputada Flávia que assuma a presidência dos trabalhos para que eu possa dar uma rápida entrevista. Na sequência, falará a Secretária Cláudia.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Flávia Moraes) - Antes de passar a palavra para a Secretária Cláudia, eu queria dizer que fico feliz de ver os Secretários aqui interessados e falando que o desporto está indo bem, está andando bem, mas para mim tudo é muito pouco ainda. Eu sonho com muito mais. Eu queria que toda escola, toda cidade tivesse um campo, uma pista de atletismo, uma quadra de vôlei coberta. Eu queria muito mais, eu sonho com muito mais, e acho que podemos sonhar alto. Precisamos sonhar alto e cobrar mais para podermos realmente desenvolver o esporte, principalmente nas escolas.

Com a palavra a Secretária Cláudia Aniceto Caetano Petuba.

A SRA. CLÁUDIA ANICETO CAETANO PETUBA - Boa noite a todos.

Inicialmente eu queria parabenizar o Deputado Fábio Mitidieri e a Deputada Flávia Moraes pela iniciativa, ao mesmo tempo em que agradeço o convite que nos chegou, em Alagoas, para que pudéssemos participar do debate aqui hoje.

Trago também os cumprimentos do nosso Governador Renan Filho pela iniciativa importante de desenvolvimento do esporte em todo o território nacional.

Em Alagoas procuramos dar nossa parcela de contribuição para o esporte brasileiro com algumas iniciativas. A primeira delas entrando num debate que estava acontecendo agora há pouco sobre a existência ou não de pastas próprias para o esporte.

Uma das primeiras promessas de campanha que o nosso Governador Renan Filho conseguiu cumprir foi a recriação da Secretaria de Esporte, que havia sido extinta, para que pudéssemos ter um órgão com dedicação exclusiva e focada, tratando o esporte como prioridade. Assim, nós recriamos a Secretaria de Estado do Esporte, agregando a área da juventude.

Desde 1º de abril de 2015 nós temos a formatação da Secretaria de Estado do Esporte, Lazer e Juventude lá em Alagoas, que vem sendo uma grande contribuição.

Pela nossa vivência e pelo acompanhamento de algumas realidades, é destacado que a pasta exclusivamente para o esporte é, sem dúvida, uma realidade mais vantajosa para o esporte como um todo, mas, obviamente, essa é uma decisão que compete ao chefe do Executivo que chega àquele posto após angariar os votos da população nas urnas.



Então, nós precisamos conciliar e dosar como conseguiremos avançar no debate do esporte para estimular que pastas próprias possam ser criadas, mas sem retirar a competência que legitimamente o chefe do Executivo tem para delegar, compor o seu time administrativamente e executar o programa que foi referendado nas urnas pela sua população. É indiscutível o êxito e o avanço que nós conseguimos.

Eu cito o exemplo de Alagoas, onde, em 3 anos e pouco de gestão, nós já conseguimos alguns feitos. Obviamente, este não é o espaço apropriado para que eu faça propaganda institucional do Governo que estou representando, mas não gostaria de deixar de falar sobre alguns marcos importantes, seja a criação do primeiro programa social esportivo, chamado Na base do Esporte, justamente para dialogar com a necessidade que o esporte de base tem; seja a criação do primeiro Centro Estadual de Esporte e Lazer lá em Alagoas; ou a criação de jogos paralímpicos e competições como o Taça das Grotas, inspirado no Taça das Favelas, que acontece lá no Rio de Janeiro, em um esforço conjunto para além do esporte, inclusive na educação, para criar escolas de tempo integral com atuação destacada na área do esporte.

Até 2014 nós não tínhamos nenhuma escola em tempo integral, e hoje já temos 50 escolas em regime de tempo integral. A rede estadual de ensino era responsável até então por apenas 34 ginásios ou escolas com espaço para a prática esportiva. O Governador Renan Filho, em 3 anos e meio, conseguiu mais do que dobrar o número de equipamentos no esporte escolar de Alagoas.

A meta é finalizar esse mandato com 102 ginásios nas escolas estaduais lá do nosso Estado, e o debate hoje contribui diretamente para toda essa realidade.

O PL que rediscute o direcionamento e a distribuição dos recursos de que trata a Lei nº 9.615, a Lei Pelé, é muito importante porque nós debatemos de maneira muito incisiva a questão da sua destinação para os jogos escolares e universitários, mas precisamos chegar aos jogos escolares e universitários com um percurso trilhado que envolva a manutenção de equipamentos esportivos e o apoio para os atletas para além da realização dos jogos. Esse é um caminho longo que trilhamos. Inclusive, o próprio § 2º, que fala sobre a prioridade dos jogos escolares e universitários, fala também sobre a possibilidade de destinação de recursos para



outras áreas, como para o paradesporto e para a construção, a manutenção ou a ampliação de equipamentos esportivos. Nós precisamos pensar como é que o PL pode contribuir no sentido de descentralizar os recursos que hoje se concentram muito naquele esporte que, pela hierarquia, está no topo. Mas, com essa descentralização, não queremos promover um engessamento. Queremos ampliar a perspectiva de utilização desses recursos para contribuir com toda a cadeia do esporte.

Esperamos que este debate possa se dar, como muito bem colocou o colega Secretário de Estado da Bahia, para além das pautas corporativas e que nós possamos enxergar para além da nossa atuação enquanto gestores, na Secretaria de Estado, ou enquanto gestores de confederações, de entidades de áreas específicas.

Como é que nós podemos discutir essa redistribuição, para fortalecer toda a cadeia do esporte, que, sem sombra de dúvida, passa prioritariamente pelo esporte de base, que acontece principalmente nas vivências escolares? Temos que pensar como é que o esporte brasileiro pode dar um salto significativo, qualificado, mas isso tem que ser logo. Essas discussões têm que ocorrer na perspectiva de obter avanço na área desportiva, com celeridade, porque o esporte urge.

Nós tivemos um pós Olimpíadas e um pós Copa do Mundo bastante preocupante, seja por causa do surgimento de alguns escândalos, seja por causa de alguns cortes nas áreas que até então tinham um financiamento mais significativo.

Acho que esse PL traz uma discussão para além dos percentuais. Com essa discussão, podemos ampliar, fortalecer a cadeia do esporte e estruturar melhor todo o sistema esportivo, sem que aconteça um engessamento.

Contem com o Governo do Estado de Alagoas para que, na medida do possível, contribua com o debate e se some a todos os esforços para que o esporte como um todo saia vitorioso desse debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Secretária Cláudia, pegando esse final da sua fala, que pude acompanhar, gostaria de dizer que a nossa preocupação — isso vai de encontro a uma pergunta que vou fazer daqui a pouco — tem a ver com o fato de o investimento hoje ser direcionado para o desporto educacional, ou seja, para os jogos escolares e educacionais.



Na verdade, o texto diz “prioritariamente”, e não “exclusivamente”, quanto a esse investimento. Por si só, o texto diz que os recursos podem, sim, ser investidos em outras áreas, de acordo com a necessidade do ente, no caso, das Secretarias de Esporte, conforme a realidade de cada Estado. Entendemos que isso é uma prioridade. A lei diz qual é a prioridade, mas não se trata de exclusividade.

O Vicente, Secretário de Estado da Bahia, colocou muito bem essa questão. A discussão tem que ser mais ampla. Não podemos simplesmente discutir a redivisão dos recursos. É importante, sim, falar em recursos. É necessária a ampliação dos recursos.

Se lerem o PL por inteiro, os senhores vão ver que ele trata muito mais do que apenas da divisão dos recursos. Trata desde o sistema de eleição das confederações e das entidades esportivas até a fiscalização do TCU. Portanto, o PL é muito mais amplo. Como hoje o debate é especificamente sobre a questão das divisões, nós estamos nos atendo a isso, mas esse PL é mais amplo.

Passo a palavra ao Deputado Capitão Fábio Abreu.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO FÁBIO ABREU - Boa noite a todos e a todas.

Cumprimento aqui, de forma especial, o Deputado Fábio e a Deputada Flávia.

Gostaria de dizer que nós estamos participando há pouco tempo desta Comissão. A bem da verdade, eu estive praticamente todo o mandato à frente da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí.

Acompanhei alguns depoimentos, principalmente o da Secretária de Estado de Alagoas, e, portanto, quero falar sobre o engessamento de recursos. Nós participamos dessa Pasta, e posso dizer que há um projeto lá no Estado do Piauí chamado Cidadão Mirim. Em alguns Estados, eu acredito que tenha o nome de Pelotão Mirim. Esse projeto visa a proximidade das crianças com as unidades policiais. Dentro dessa prática, existe o esporte. Há, portanto, dificuldade de receber recursos para a compra de material esportivo para essas crianças.

Então, acho interessante que haja abertura na própria lei com relação à possibilidade de abranger outros aspectos quanto à definição de recursos, como, por exemplo, a área da segurança pública.

Estamos participando desta Comissão. Tenho certeza de que ela é muito importante para este País. Nós podemos fazer um *link* da Pasta da Segurança



Pública com a Pasta do Esporte e as demais Pastas que existem. Eu acho interessante que haja um padrão. No nosso País, há um problema sério com relação à burocracia na nomenclatura das Secretarias. Isso acaba dificultando a chegada de recursos. Eu tenho muitos exemplos com relação a isso, nas minhas próprias emendas. Às vezes, sou obrigado a indicar recursos para as Prefeituras que têm Secretarias de Esporte, enquanto eu poderia fazer isso de forma mais genérica, indicando recursos às Secretarias de Esporte dos Estados para que ela própria os gerencie em todo o Estado.

Então, eu acho interessante a ideia de criar esse padrão em nosso País, pois aqui há muita individualidade. Na minha opinião, o recurso destinado ao esporte, como ao futebol, por exemplo, deve chegar ao seu destino da mesma forma seja lá no Piauí ou seja lá em Sergipe.

Estamos à disposição. Com toda certeza, vamos participar mais ativamente desta Comissão. Também faço parte da Comissão de Segurança. Já participei de outra audiência nesta Comissão, em que estavam presentes pessoas ligadas a determinados modelos de esporte que também careciam de recursos para darem andamento a seus projetos. Por isso quero louvar essa iniciativa. Podem ter certeza de que terão o nosso apoio. Nós vamos estar acompanhando e votando a favor, sim, desse PL e de outros mais que possam passar por esta Comissão. E espero que possamos ter essa participação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Eu que agradeço ao Deputado. Como V.Exa. colocou, eu acho importante essa preocupação que temos de viabilizar ou canalizar os recursos para o mesmo ente, para que facilite a execução, porque temos realmente uma dificuldade na execução dos recursos das nossas emendas, e eu compartilho dessa mesma dificuldade.

Eu queira passar a palavra ao Ismar Cruz, do TCU, para que ele possa também fazer algumas considerações.

O SR. ISMAR BARBOSA CRUZ - Em primeiro lugar, Deputado Fábio Mitidieri, quero dar-lhe os parabéns por essa iniciativa.

É uma satisfação estarmos aqui. Temos interagido bastante com a Comissão do Esporte. Eu acho que todos vêm acompanhando a atuação mais recente do



Tribunal de Contas da União na área do esporte, fruto inclusive do aumento de investimento que o País fez recentemente para as grandes competições.

Queria dizer que nós estamos no debate do PL, mas, muito mais do que isso, nós estamos inseridos na discussão da causa que hoje é objeto desta reunião, desta audiência, que é o esporte de base.

Quando nós iniciamos esses trabalhos, essas auditorias lá no TCU, um primeiro levantamento que nós fizemos para diagnosticar as áreas nas quais iríamos aprofundar as análises e as auditorias já revelou para nós que a pirâmide estava invertida no que diz respeito ao investimento no esporte no Brasil. Já naquele momento, então, percebemos que o volume de recursos públicos federais era muito mais acentuado na área de alto rendimento em detrimento do esporte de base. E, para nós, isso é claramente inconstitucional. O TCU disse o que diz a Constituição, ou seja, foi o cidadão brasileiro através da Constituição que disse que a prioridade em termos de investimento em esporte tem que ser no esporte de base.

Bom, desde então, fizemos um conjunto de trabalhos, de auditorias, que também já foram objeto de divulgação e de publicação. Eu destaco uma auditoria feita em várias confederações esportivas olímpicas e paraolímpicas e nos três comitês. O quadro que foi revelado ao final desse trabalho é bastante ruim do ponto de vista da governança dessas entidades em relação aos recursos públicos. Deputado, muito provavelmente por isso as confederações hoje não querem receber recurso pelo resultado que foi mostrado e pelas consequências que esse trabalho teve nas confederações e nos comitês. Trata-se de entidades privadas, que, pela lei, passaram a receber recursos públicos diretamente, o que exige delas o que elas a rigor nunca tiveram, que é uma estrutura de governança para lidar com recursos públicos.

Fizemos também uma análise sobre o patrocínio das estatais no esporte. Em breve será divulgado o resultado que nós fizemos da aplicação de recursos de estatais nos esportes, como parte desse esforço também.

Por último, o que me traz aqui hoje é um convite aos senhores que estão aqui representando as Secretarias de Estado — seja de Educação ou do Esporte —, os quais são responsáveis pela área do esporte de base dos seus Estados. A última intervenção mais importante que nós vamos fazer é uma auditoria operacional



exatamente para tentar lançar luzes sobre o que é hoje investido no País no esporte de base. Queremos dar números a essa situação, queremos avaliar o que tem sido feito no País, nos Estados, nos Municípios em relação ao incentivo ao esporte de base, ao desporto educacional, no dizer da Constituição, escolar ou não.

Então, muito provavelmente todos os senhores serão convidados a participar desse nosso levantamento, por questionários, por entrevistas. Nós vamos a muitas das secretarias para tentar traçar esse diagnóstico e, com isso, fazer com que o esporte tenha finalmente uma política pública, Deputada Flávia Morais, que falou que quer muito mais — nós também! Hoje em dia o cidadão não enxerga talvez o esporte como política pública, porque não existe um plano nacional, não existe uma diretriz nacional.

Portanto, é nesse sentido que nós continuaremos à disposição da Câmara, desta Comissão, no debate que se segue, para tentar fortalecer o esporte como uma forma de inclusão social, redução da violência e contra todos os males que afetam hoje a juventude brasileira. E o esporte é, sim, um grande caminho para tirar as crianças da rua e para ajudar o País no desenvolvimento econômico e social.

Essas são as minhas rápidas palavras. Agradeço. Eu não estava nem preparado para falar. Estou aqui, como os senhores, bastante cansado, mas muito entusiasmado. Quero parabenizá-los e agradecer-lhes na pessoa do Lindberg, que tem estado conosco. Temos discutido esse PL com o intuito de tentar dar um pouco mais de governança na gestão dos recursos públicos.

Contamos bastante com as secretarias que estão aqui hoje como parceiras no futuro.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Eu é que agradeço, Sr. Ismar. Queria agradecer não só a sua presença, como também as suas palavras e deixar o testemunho de que o TCU tem sido parte muito importante na confecção deste projeto no que tange à questão da transparência e da fiscalização por tudo que foi colocado pelo Sr. Ismar, como a preocupação que temos hoje no controle desses recursos, porque todos nós testemunhamos a malversação que ocorreu durante o período olímpico e que vem sendo combatida todos os dias.



A nossa missão, Ismar, pode ter certeza de que é facilitar a vida do TCU no que tange ao controle e à fiscalização através deste PL.

Eu queria, antes de passar a palavra para o Marcelo, ler a pergunta da Sílvia, de São Paulo. Ela diz: *“O desporto educacional é dividido entre esporte educacional e esporte escolar. A Lei Pelé limita o uso dos recursos provenientes das loterias para os Estados e DF para a aplicação prioritária em jogos escolares, ou seja, no esporte escolar. Como é possível garantir recursos ao esporte educacional via legislação?”* Primeiro quero deixar muito claro que, como eu disse há pouco, o prioritário não é obrigatório, que por si só já garantiria a questão do esporte educacional. Há sempre um questionamento do que é a diferença entre o educacional e o escolar, lembrando que, no desporto educacional, você não pode ter a hipercompetitividade. Você prima pela inclusão e pela participação, e não pela disputa por si só. Esse é o outro foco feito pelo educacional.

E quero deixar claro, mais uma vez, que a legislação, quando usa o termo “prioritário” não está proibindo. Como ela diz, a aplicação dos recursos nos jogos escolares é prioritária, não é obrigatória. Mas é sempre algo que, vira e mexe, estamos discutindo aqui: como separar o esporte educacional do esporte escolar. Na verdade, eles se complementam, se isso for bem analisado.

É isso ou eu preciso complementar, Deputada Flávia? Acho que é nessa linha, não?

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Eu acho que não tem que separar. Tem é que juntar. A dificuldade é essa separação. Temos é que conseguir juntar os dois e promover a atividade física, o esporte na escola, formar times. E aí a competição vem naturalmente.

Acho que o representante do TCU falou tudo: a nossa realidade é de pirâmide invertida — é muito para quem tem muito e nada para quem não tem nada, que é a maioria, que é a base, que é o principal. Então precisamos mudar o nosso olhar, o nosso foco e reavaliar, porque na verdade está ao contrário. Precisamos mesmo fortalecer o esporte base, dar oportunidades, universalizá-lo, diversificá-lo, trazer oportunidades reais para quem quiser praticar uma modalidade ou outra.

A nossa realidade hoje é: até podemos ter alternativas, mas nas capitais. Quando você vai para o interior, não existe nada. É futebol, é um campinho aqui, um



campinho ali. O pessoal gosta mesmo, é a paixão nacional, mas por que não podemos pensar mais, por que não podemos sonhar com mais? Existem aqueles que não gostam do futebol, e podemos pensar, sim, em diversificar. Algumas modalidades não são tão caras. E eu não sei por que não acontece. Existe a dança, existe a ginástica rítmica, existe a capoeira, que pode ser feita numa sala, existe o atletismo — não é tão cara uma pista de atletismo. Então existem outras modalidades, mas parece que estamos nos conformando com o que temos. E eu sonho com mais. Eu acho que podemos ter muito mais. E parece que estamos regredindo nisso. Eu tive isso. Era público, e tínhamos acesso, lá no Rio Vermelho, Ismar. Você lembra? *(Pausa.)* Ferreira Pacheco e no Rio Vermelho. Hoje não existe. Se você quiser fazer, não existe.

Com toda candura, precisamos ser mais críticos à nossa realidade. Eu não acho que está bom. Eu acho que precisamos melhorar demais, com todo respeito ao esforço de cada um. Eu sei que todo mundo se esforça e tenta fazer, eu sei que o esporte nunca é considerado uma política pública primária, sempre é secundária — as primárias são educação e saúde —, mas precisamos dar a importância que o esporte tem na nossa sociedade. Hoje nós estamos vivendo a violência, que é fruto da drogadição, que é fruto da falta, muitas vezes, de uma atividade, de um esporte. Então resolveríamos muitos problemas se investíssemos mais no esporte. Às vezes falamos, falamos, falamos, mas não acontece.

Hoje esse parecer do Deputado Fábio, esse projeto pode ser um passo para isso, mas temos que ter consciência de que isso é muito pouco. Para mim está muito pouco ainda. Eu acho que precisamos de brigar, de falar, nós precisamos ser os porta-vozes dessa causa, porque somos nós que estamos lá vendo. Existe alguma coisa? Existe. Mas nós precisamos muito mais que isso para falarmos que realmente estamos fomentando a atividade física, o esporte educacional, escolar, no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Falamos do esporte, e a Organização Mundial da Saúde diz que, para cada dólar investido no esporte, você economiza 3 dólares na saúde. Mas os governos nunca se lembram dessa máxima na hora de priorizar os orçamentos. O esporte sempre sofre um pouquinho mais.



Passo a palavra ao Sr. Marcelo Ottoline, Presidente da Federação Regional do Desporto Escolar do Distrito Federal.

O SR. MARCELO OTTOLINE - Boa noite a todos. É um privilégio estar hoje aqui reunido com vocês. Boa noite à Deputada Flávia Moraes, ao meu amigo Ilmo. Deputado Fábio Mitidieri, ao Secretário Lindberg, ao Presidente da Confederação Brasileira do Desporto Escolar licenciado Antônio Hora, ao Presidente em exercício Robson Aguiar.

Eu vou falar não só como gestor, mas como professor de educação física fluente, na educação física tanto na rede oficial de ensino, quanto em escolas particulares e atuante no paradesporto.

Deputada Flávia, eu me identifico muito com a sua fala. Poderia insistir nela, já que a nossa temática é ligada diretamente à distribuição das verbas. Eu vou concordar com tudo aquilo que já foi dito. Então não vou ser repetitivo. Mas eu vou chamar a atenção de vocês para outros aspectos, que são o “muito mais” que a Deputada acabou de dizer.

O professor de escola particular tem uma demanda dentro da própria escola, que é a necessidade do pai de deixar o filho fazendo uma atividade enquanto está em trabalho. E a escola contrata. A escola tem verbas para contratar e adotar o esporte como uma atividade extracurricular. E assim ela se mantém.

Na rede oficial de ensino isso já não acontece. O professor tem a sua carga horária, ele tem que ser capaz de ministrar as suas aulas e ainda assim fazer o impossível — não é pouco: é impossível — para poder acompanhar os seus atletas em qualquer competição escolar. Não bastasse isso, o próprio Estado cria condições de dificuldade para que esse professor consiga desenvolver esse trabalho com os atletas — por exemplo, um afastamento para poder ir a uma competição nacional, seja ela qual for. Essa é a coisa mais difícil para se conseguir dentro do Estado. Não foi colocado aqui, mas, se vocês forem analisar os dados de escolas que têm resultado final em competições oficiais, sejam elas quais forem, vão ver que as escolas públicas ocupam o percentual mínimo dentro do resultado final. Eu ousou chutar aqui que 95% de todos os resultados positivos de pódio, em se tratando de competições escolares, são de escolas particulares, e só 5% são de escolas públicas.



Por que isso? Por vários fatores, que vocês já enumeraram aqui: dificuldade de material, dificuldade de espaço, mas principalmente a falta de incentivo ao professor. O professor, se não estiver identificado com o trabalho dele, se não tiver um amor muito grande com a causa que ele representa, não vai, num horário em que ele pode estar fazendo qualquer outra coisa, cumprir uma obrigação de acompanhar qualquer equipe que seja, de qualquer modalidade, no final de semana, num horário fora do expediente.

Então a solução que eu vejo, já que se trata de uma discussão com um leque muito mais amplo, é vocês também levarem para uma discussão a composição da carga horária do professor dentro da rede oficial de ensino de todo o País. Por exemplo, um professor que é de 40 horas destinaria 25 horas para ministrar suas aulas de educação física regulares, e as outras 15 aulas seriam de treinamento. Dessa forma ele não teria mais concorrência nenhuma com qualquer situação que o Estado julgasse ilegal. Ao mesmo tempo em que se pede que se inscreva a equipe de uma determinada escola em competição escolar, acontece aquilo que a Deputada estava falando: ele vai participar por participar, porque a preocupação dele em ter resultado ali é uma obrigação que ele está cumprindo vinda da direção da escola. O professor que se interessa mesmo é obrigado a compor toda a carga horária dele e ainda ministrar os treinamentos e participar das competições como se isso fosse seu trabalho normal.

Vendo aqui o nosso amigo Marco Guedes, representando a Secretaria de Esportes do Distrito Federal, também digo que nós temos uma posição diferenciada, porque hoje a Secretaria de Esporte tem uma lei distrital, o Programa Compete, que oportuniza a Federação de Desporto Escolar e qualquer outra federação a solicitar transporte para as competições escolares no Brasil afora. Isso é um facilitador que nenhum Estado tem. Quando nós fazemos o levantamento de qual o principal empecilho de participação em competições escolares, ele passa também pela dificuldade de deslocamento para outros Estados.

Era esta a minha fala: que se atentasse principalmente a essa composição da carga horária do professor, porque assim talvez nós consigamos diminuir esse abismo entre as escolas públicas e as escolas particulares.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Marcelo, primeiro eu tenho que concordar com tudo que foi colocado por V.Sa. porque essa realidade existe mesmo. Vou dar o exemplo do nosso Estado de Sergipe, onde eu cheguei a participar dos Jogos da Primavera, que eram unificados. Hoje já existem os jogos das escolas privadas. Elas excluíram 100% as escolas públicas. Elas têm os jogos próprios.

Muitas vezes vemos que não basta termos o recurso na Secretaria do Esporte. A Secretaria de Educação realiza os Jogos Escolares. Pronto. Acabou o compromisso dela com o desporto. O resto passa a ser da Secretaria do Esporte. E há as dificuldades naturais, que você colocou bem — de liberação, etc. —, mas eu não sei como isso caberia no projeto. Acho que essa é uma questão mais de política pública local, estadual. Eu não teria como obrigar a Secretaria de Educação a liberar um professor. É claro que, por um lado, quando a Secretaria do Esporte e a Secretaria de Educação são a mesma, teoricamente isso facilita essa situação. Quando há separação, existem vantagens e dificuldades. Mas o que você colocou aqui hoje procede 100%, porque essas dificuldades você tem no dia a dia. Inclusive é comum o atleta ou a federação procurar a Secretaria de Estado do Esporte para pedir apoio para participar dos Jogos Escolares. É um secretário que tem que dar um ônibus, tem que dar uma passagem para um atleta disputar jogos no Norte ou no Nordeste, ou jogos nacionais. É qualquer tipo de evento como esse, esportivo, sendo fomentado pelas secretarias de Estado, quando, na verdade, o recurso que vocês têm hoje é insuficiente para isso.

Mas concordo com o que foi colocado aqui e acho que é mais ou menos o que estamos buscando com esse projeto. Vamos solucionar o problema em parte, porque sabemos que não temos como resolver o todo.

Vou passar a palavra para a Mariana Dantas, que é ex-atleta de caratê, fez parte da seleção brasileira de caratê e hoje é Diretora da Secretaria de Estado do Esporte, Lazer e da Juventude do nosso Estado de Sergipe.

A SRA. MARIANA DANTAS - Boa noite a todos.

É com muita alegria que estou aqui hoje, a convite do nosso Secretário Antônio Hora e do Deputado Fábio Mitidieri.



Hoje estou como Diretora do Esporte e Lazer do Estado de Sergipe. Como o Deputado já disse, fui atleta de caratê da seleção brasileira e sou profissional de educação física. Então, já sofri em todas as vertentes do esporte: na de atleta, na de profissional de educação física e na de gestora.

Hoje, lá na Secretaria, como o Deputado falou, temos essa dificuldade em relação aos jogos escolares. O atleta vai à Secretaria do Esporte para nos pedir apoio. Até nós, que somos gestores, sentimos que isso dá um nó na cabeça, porque, se o recurso não está vindo da Secretaria de Educação, de onde ele estaria vindo? Se o desporto escolar está hoje vinculado à Secretaria de Educação, e não à Secretaria do Esporte, esse recurso deveria ser mais abrangente, de maneira a garantir a participação do atleta nos referidos jogos.

Em relação ao esporte de base, apesar de ter sido atleta de alto rendimento, eu não poderia ter chegado ao topo se eu não tivesse uma base escolar efetiva, porque um atleta não se forma do dia para a noite. Está aí o exemplo dos grandes países medalhistas olímpicos: o investimento que eles fazem dentro das escolas e universidades é muito maior do que o investimento que fazem em atletas de ponta, até porque, assim como o investimento no esporte reduz o investimento em outras áreas, quando se dá um aumento ao investimento de base também pode-se reduzir, sim, o investimento que se faz no esporte de alto rendimento. Não é porque ele já está sendo construído. Ele não surge do dia para noite.

No nosso Estado a dificuldade é grande. Somos um Estado pequeno. Então, quando eu vejo um projeto de lei como este, que possibilita à verba chegar ao seu destino final, que é o fomento ao esporte, vislumbra para nós um outro cenário, em que temos mais possibilidades de trabalho, em que o esporte realmente chega, em que a população tenha acesso ao esporte nas cidades menores, no interior do Estado.

No ano passado, nós fizemos uma competição de futebol na região do Baixo São Francisco. Um dos critérios para participar dessa competição era que cada time deveria ter um percentual mínimo de jovens entre 16 e 21 anos de idade. O resultado foi fantástico! Confesso que, quando começamos a elaborar esse campeonato, foi algo assim: *“Vamos fazer!”*. E, quando chegamos ao final do campeonato, vendo a movimentação que ocorreu no Estado e vendo que as outras



regiões nos pediam que fizéssemos o mesmo em suas localidades, porque o legado deixado era algo incalculável... Eu fico até emocionada com isso, porque vimos mesmo o brilho no olhar daqueles que participaram. Nós vimos atletas, garotos que jogam seu futebol na rua, participando daquele campeonato e sendo chamados para fazer testes em clubes profissionais. Temos inclusive um atleta de Neópolis que está participando de uma peneira em um time de São Paulo. Nada disso seria possível se não houvesse o esporte de base, se não conseguíssemos levar o esporte para as comunidades, as praças, as ruas e, com certeza, as escolas.

Então, quero parabenizar todos os idealizadores desse projeto de lei, que vai trazer mais benefícios para a construção do esporte em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Mariana, eu agradeço mais uma vez a sua participação. É bom ouvir o seu testemunho, porque, como você colocou, você participou de todas as vertentes, como atleta, como professora de educação física e, agora, como gestora.

Pergunto se mais alguém deseja falar. *(Pausa.)*

Agradeço a cada um de vocês a atenção e a participação nesta reunião.

Se houver alguma contribuição que vocês ainda achem que é necessário dar, ao longo da semana entrem em conosco, através da Comissão do Esporte, para que possamos analisá-la e, se for o caso, levá-la para o PL até que seja apresentado o texto final na Câmara dos Deputados. Como eu disse, no mais tardar no início de maio queremos dar andamento e celeridade a esse PL.

Agradeço a paciência, a colaboração e a contribuição de cada um de vocês hoje.

Tenham todos uma excelente noite!

Obrigado.

A reunião está encerrada. *(Palmas.)*